

Privacidade, Proteção e Segurança dos Dados Pessoais | 7 horas

ENQUADRAMENTO:

Na Administração Pública Central e Local, os trabalhadores tratam diariamente um grande volume de dados pessoais: processos administrativos, pedidos de cidadãos, dados sociais e de saúde, registos académicos, informações fiscais, dados de crianças e jovens, dados de beneficiários de apoios, processos disciplinares e informação sensível de munícipes.

A crescente digitalização, a interoperabilidade entre sistemas (Balcão Único, SIGA, SIGA-EDUCAÇÃO, SEF/AIMA, Segurança Social, plataformas municipais) e as relações com prestadores externos aumentam significativamente o risco de violação de dados, acessos indevidos, partilhas informais e incidentes de cibersegurança.

Esta formação foi concebida para responder às necessidades reais das entidades públicas, fornecendo orientações claras, práticas e aplicáveis no trabalho quotidiano.

OBJETIVOS:

- Identificar dados pessoais, dados sensíveis e dados sujeitos a regimes especiais;
- Compreender as responsabilidades das entidades públicas enquanto responsáveis pelo tratamento;
- Reconhecer os direitos dos titulares e os procedimentos adequados de resposta;
- Implementar boas práticas de segurança digital, física e organizacional;
- Identificar incidentes e desencadear corretamente os procedimentos internos;
- Aplicar o princípio da minimização e evitar erros frequentes no tratamento de dados;
- Garantir conformidade na partilha de dados com outras entidades públicas e com o setor privado.

DESTINATÁRIOS:

- Trabalhadores da Administração Pública Central e Local
- Técnicos e assistentes administrativos
- Chefias e dirigentes
- Técnicos de ação social, educação e setores que tratam dados sensíveis
- Colaboradores de IPSS e instituições protocoladas
- DPO/EPD e equipas de suporte

- Equipas técnicas de informática
- Colaboradores de juntas de freguesia

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

1. Introdução ao RGPD e Princípios Fundamentais

- O que é o RGPD: responsabilidades e âmbito;
- Princípios fundamentais (Art. 5.º RGPD);
- Responsabilidades das entidades públicas pelo tratamento de dados;
- Responsabilidade individual dos trabalhadores;
- Direitos dos titulares.

2. Tratamento de Dados na Administração Pública Central e Local

- Tipos de dados pessoais, dados sensíveis e categorias especiais;
- Dados de crianças, dados sociais, dados de saúde, dados de beneficiários, dados fiscais;
- Tratamento, registo e conservação em diversos contextos (escolas, autarquias, juntas de freguesia, serviços sociais, gabinetes municipais);
- Limitação da conservação: regras práticas e exemplos;
- Consentimento: quando é exigido, quando é inadequado no setor público;
- Minimização e necessidade: como decidir o que recolher e o que não recolher.

3. Segurança da Informação e Cibersegurança

- As principais ameaças: phishing, ransomware, engenharia social;
- Políticas de segurança: passwords; e-mail; acessos internos; teletrabalho; dispositivos pessoais; redes Wi-Fi;
- Segurança física e documental: impressoras; mesas abertas; arquivos; partilhas informais;
- Cibersegurança na AP: normas da ANSSI, CNCS e recomendações da OCDE.

4. Incidentes de Segurança e Violações de Dados

- Conceito de violação de dados;
- Como identificar sinais de incidente;
- Ações imediatas: identificar; isolar; comunicar; documentar;
- Comunicação ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD/DPO);
- Quando comunicar à CNPD (critério do risco elevado);
- Boas práticas de mitigação e prevenção.

5. Aplicação ao Contexto Laboral e Estudos de Caso

- Os erros mais frequentes na AP;
- Estudos de caso adaptados a diferentes contextos (escolas; serviços municipais; juntas de freguesia; serviços de ação social);

Inscrição aqui 

- Exercício prático de análise: “Como devo atuar neste cenário?”
- Debriefing orientado: resolução, alternativas e consequências;
- Síntese final de boas práticas e checklist institucional

AVALIAÇÃO:

Avaliação contínua decorrente da participação, da resolução de estudos de caso durante as sessões e da realização de um exercício de validação final.

CERTIFICAÇÃO:

Os participantes que participem em pelo menos 90% da duração da ação de formação e obtenham aproveitamento receberão um Certificado de Formação emitido através do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa – SIGO.

LOCAL:

Formação a distância (*live training*)

CONDIÇÕES DE ACESSO:

O(A) candidato(a) deverá ler e aceitar as Condições de Participação constantes no Formulário de Inscrição; e deverá facultar os dados e documentos que permitam comprovar a sua identificação para registo e emissão do respetivo Certificado de Formação através plataforma SIGO

A inscrição será considerada definitiva após confirmação por parte do CONPRO.